



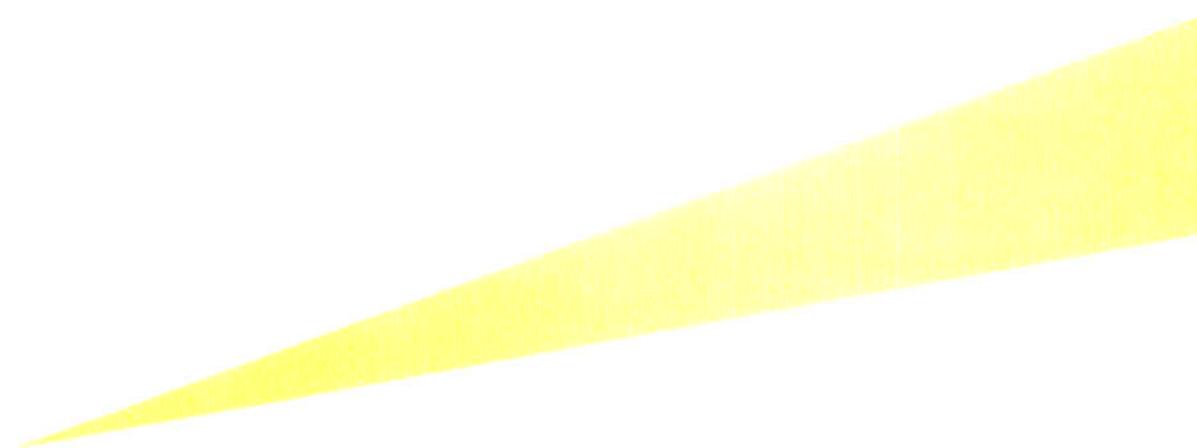
# **Demonstrações Financeiras**

## **Broto Legal Alimentos S.A.**

31 de dezembro de 2017  
com Relatório do Auditor Independente



Building a better  
working world

A decorative graphic element at the bottom right of the page. It features a series of vertical black lines of varying heights on the left, which transition into a large, bright yellow triangular shape pointing towards the right.

# Broto Legal Alimentos S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

### Índice

|  |    |
|--|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras ..... | 1  |
| Demonstrações financeiras auditadas  |    |
| Balanço patrimonial .....  | 4  |
| Demonstração do resultado .....  | 6  |
| Demonstração do resultado abrangente .....                                 | 7  |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....                       | 8  |
| Demonstração dos fluxos de caixa .....                                     | 9  |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras .....                      | 10 |



Edifício Trade Tower  
Av. José de Souza Campos, 900  
1º e 3º andares - Nova Campinas  
13092-123 - Campinas - SP - Brasil  
Tel: +55 19 3322-0500  
Fax: +55 19 3322-0559  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Broto Legal Alimentos S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Broto Legal Alimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Broto Legal Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better  
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SPO34519/0-6

João Henrique Schenk  
Contador CRC 1SP202127/O-8

## Broto Legal Alimentos S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

|  | Nota | 2017           | 2016    |
|--|------|----------------|---------|
| Ativo  |      |                |         |
| Circulante                                       |      |                |         |
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 3    | <b>25.673</b>  | 20.402  |
| Contas a receber                                 | 4    | <b>39.633</b>  | 44.019  |
| Estoques   | 5    | <b>19.663</b>  | 29.333  |
| Impostos a recuperar                             |      | <b>7.402</b>   | 8.869   |
| Outras crditos                                   |      | <b>185</b>     | 332     |
|  |      | <b>92.556</b>  | 102.955 |
| Não circulante                                   |      |                |         |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10   | <b>692</b>     | 609     |
| Depósitos judiciais                              | 8    | <b>12.285</b>  | 11.013  |
| Imobilizado                                      | 6    | <b>15.208</b>  | 15.728  |
| Intangível                                       |      | <b>52</b>      | 89      |
|  |      | <b>28.237</b>  | 27.439  |
| Total do ativo                                   |      | <b>120.793</b> | 130.394 |

|  | <b>Nota</b> | <b>2017</b>    | <b>2016</b> |
|--|-------------|----------------|-------------|
| Passivo  |             |                |             |
| Circulante                                       |             |                |             |
| Empréstimos e financiamentos                     | 7           | <b>12.413</b>  | 28.686      |
| Fornecedores                                     |             | <b>3.087</b>   | 5.478       |
| Obrigações sociais e trabalhistas                |             | <b>1.935</b>   | 1.750       |
| Impostos a recolher                              |             | <b>1.439</b>   | 3.028       |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 9           | <b>5.659</b>   | -           |
| Provisões diversas                               |             | <b>465</b>     | 315         |
| Outras obrigações                                |             | <b>1.373</b>   | 2.873       |
|  |             | <b>26.371</b>  | 42.130      |
| Não circulante                                   |             |                |             |
| Empréstimos e financiamentos                     | 7           | -              | 1.689       |
| Provisão para contingências                      | 8           | <b>397</b>     | 380         |
|  |             | <b>397</b>     | 2.069       |
| Patrimônio líquido                               | 9           |                |             |
| Capital social                                   |             | <b>50.000</b>  | 50.000      |
| Reserva legal                                    |             | <b>5.000</b>   | 3.717       |
| Reserva de lucros                                |             | <b>39.025</b>  | 32.478      |
|  |             | <b>94.025</b>  | 86.195      |
| Total do passivo e patrimônio líquido            |             | <b>120.793</b> | 130.394     |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

|   | Notas | 2017             | 2016                 |
|---|-------|------------------|----------------------|
|   |       |                  | <b>Reapresentado</b> |
| Receita líquida                                       | 11    | <b>346.224</b>   | 431.093              |
| Custo dos produtos vendidos                           | 12    | <b>(252.919)</b> | (325.697)            |
| Lucro bruto   |       | <b>93.305</b>    | 105.396              |
| Receitas (despesas) operacionais:                     |       |                  |                      |
| Despesas de vendas                                    | 12    | <b>(43.990)</b>  | (41.348)             |
| Despesas administrativas e gerais                     | 12    | <b>(13.809)</b>  | (11.110)             |
| Outras receitas operacionais, líquidas                |       | <b>249</b>       | 1.871                |
|   |       | <b>(57.550)</b>  | (50.587)             |
| Lucro antes do resultado financeiro                   |       | <b>35.755</b>    | 54.809               |
| Resultado financeiro                                  | 13    |                  |                      |
| Despesas financeiras                                  |       | <b>(4.142)</b>   | (7.715)              |
| Receitas financeiras                                  |       | <b>2.604</b>     | 5.564                |
|   |       | <b>(1.538)</b>   | (2.151)              |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social |       | <b>34.217</b>    | 52.658               |
| Corrente  | 10    | <b>(8.636)</b>   | (16.490)             |
| Diferido  | 10    | <b>83</b>        | (533)                |
| Lucro líquido do exercício                            |       | <b>25.664</b>    | 35.635               |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

|   | <u>2017</u>   | <u>2016</u>   |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício                              | <u>25.664</u> | 35.635        |
| Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos | <u>25.664</u> | <u>35.635</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

|   | Notas | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total    |
|---|-------|----------------|---------------|-------------------|-------------------|----------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2015              |       | 50.000         | 1.935         | 19.175            | -                 | 71.110   |
| Lucro líquido do exercício                    |       | -              | -             | -                 | 35.635            | 35.635   |
| Destinações:                                  |       |                |               |                   |                   |          |
| Constituição de reserva legal                 | 9     | -              | 1.782         | -                 | (1.782)           | -        |
| Distribuição de dividendos                    | 9     | -              | -             | -                 | (17.000)          | (17.000) |
| Distribuição de juros sobre o capital próprio | 9     | -              | -             | -                 | (3.550)           | (3.550)  |
| Constituição de reserva de lucros             | 9     | -              | -             | 13.303            | (13.303)          | -        |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016              |       | 50.000         | 3.717         | 32.478            | -                 | 86.195   |
| Lucro líquido do exercício                    |       | -              | -             | -                 | 25.664            | 25.664   |
| Destinações:                                  |       |                |               |                   |                   |          |
| Constituição de reserva legal                 | 9     | -              | 1.283         | -                 | (1.283)           | -        |
| Distribuição de dividendos                    | 9     | -              | -             | -                 | (12.175)          | (12.175) |
| Distribuição de juros sobre o capital próprio | 9     | -              | -             | -                 | (5.659)           | (5.659)  |
| Constituição de reserva de lucros             | 9     | -              | -             | 6.547             | (6.547)           | -        |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017              |       | 50.000         | 5.000         | 39.025            | -                 | 94.025   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

|  | 2017            | 2016            |
|--|-----------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais   |                 |                 |
| Lucro líquido do exercício   | 25.664          | 35.635          |
| <i>Ajustes:</i>  |                 |                 |
| Depreciação e amortização  | 2.287           | 2.183           |
| Provisões  | 243             | (2.214)         |
| Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível                                     | 557             | 1.541           |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos   | 217             | 2.474           |
|  | <b>28.968</b>   | <b>39.619</b>   |
| Variações nos ativos e passivos operacionais   |                 |                 |
| Contas a receber   | 4.310           | 5.408           |
| Estoques   | 9.670           | 6.285           |
| Impostos a recuperar   | 1.467           | (2.967)         |
| Depósito judicial  | (1.272)         | (2.610)         |
| Fornecedores e outras obrigações   | (3.891)         | (8.757)         |
| Obrigações sociais e trabalhistas  | 185             | 236             |
| Imposto de renda e contribuição social   | (1.589)         | 3.078           |
| Juros sobre o capital próprio  | (5.659)         | -               |
| Varição nos outros ativos e passivos   | 5.723           | 3.529           |
| Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais                   | <b>37.912</b>   | <b>43.821</b>   |
| Fluxo de caixa de atividades de investimentos  |                 |                 |
| Aquisição de imobilizado e intangível  | (2.287)         | (3.723)         |
| Empréstimo concedido a parte relacionada   | -               | (9.570)         |
| Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos                  | <b>(2.287)</b>  | <b>(13.293)</b> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos  |                 |                 |
| Pagamento de juros sobre capital próprio   | -               | (3.550)         |
| Pagamento de dividendos  | (12.175)        | (17.000)        |
| Captação empréstimos e financiamentos  | 41.722          | 72.527          |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos  | (59.901)        | (68.172)        |
| Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos | <b>(30.354)</b> | <b>(16.195)</b> |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa   | <b>5.271</b>    | <b>14.333</b>   |
| Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa                                |                 |                 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa   | 20.402          | 6.069           |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa   | 25.673          | 20.402          |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa   | <b>5.271</b>    | <b>14.333</b>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Broto Legal Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional**

A Broto Legal Alimentos S.A. (“Broto Legal” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede localizada na Rua Pedro Stancato, 488 - Campo dos Amarais, Campinas, estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia tem por objeto:

- (i) Importação, exportação, industrialização e comércio de produtos alimentícios em geral;
- (ii) Importação, exportação, e comércio de pescados e frutos do mar;
- (iii) Importação, exportação e comércio de cereais e leguminosas beneficiadas;
- (iv) Importação, exportação e comércio de óleos e gorduras;
- (v) Importação, exportação e comércio de carnes bovinas e suínas e derivados;
- (vi) Importação, exportação, indústria e comércio de produtos do arroz;
- (vii) Beneficiamento de arroz; e
- (viii) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.491/09.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos acionistas e administradores da Companhia em 27 de abril de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

## **Broto Legal Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

#### **2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

#### **2.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, quando houver efeito relevante, levando em consideração a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes, para refletir as melhores estimativas do valor do dinheiro no tempo. Subsequentemente, estes juros são realocados no resultado por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva em relação aos fluxos de caixa contratuais.

#### **2.4. Instrumentos financeiros**

##### Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

##### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Estes ativos são contabilizados pelo valor justo e os custos da transação são debitados ao resultado.

##### *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e outros créditos. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

## **Broto Legal Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### Ativos financeiros--Continuação

##### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia avalia no final de cada exercício se há alguma evidência objetiva de que o ativo financeiro não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

##### Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras obrigações, que são classificados como Empréstimos e Financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Reapresentação dos valores comparativos

Para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras, a administração procedeu as seguintes reclassificações nas demonstrações de resultado:

|   | 2016<br>(Originalmente<br>apresentado) | Reclassificações | 2016<br>(Reapresentado) |
|---|--|------------------|-------------------------|
| Receita líquida                                       | 427.444                                | 3.649            | 431.093                 |
| Custo dos produtos vendidos                           | (325.910)                              | 213              | (325.697)               |
| Lucro bruto   | 101.534                                | 3.862            | 105.396                 |
| Receitas (despesas) operacionais:                     |  |                  |                         |
| Despesas de vendas                                    | (36.884)                               | (4.464)          | (41.348)                |
| Despesas administrativas e gerais                     | (12.423)                               | 1.313            | (11.110)                |
| Outras receitas operacionais, líquidas                | 1.687                                  | 184              | 1.871                   |
|   | (47.620)                               | (2.967)          | (50.587)                |
| Lucro antes do resultado financeiro                   | 53.914                                 | 895              | 54.809                  |
| Resultado financeiro                                  |  |                  |                         |
| Despesas financeiras                                  | (3.816)                                | (3.899)          | (7.715)                 |
| Receitas financeiras                                  | 2.560                                  | 3.004            | 5.564                   |
|   | (1.256)                                | (895)            | (2.151)                 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 52.658                                 | -                | 52.658                  |
| Corrente  | (16.490)                               | -                | (16.490)                |
| Diferido  | (533)                                  | -                | (533)                   |
| Lucro líquido do exercício                            | 35.635                                 | -                | 35.635                  |

### 2.6. Novas normas e interpretações não adotadas

Determinadas normas, alterações de normas e interpretações de normas foram emitidas pelo CPC e se aplicam pela primeira vez em 2017, porém não são aplicáveis às operações da Companhia e não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente novos pronunciamentos e interpretações foram emitidos pelo CPC, mas que não estavam em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia efetuou a análise dessas normas e concluiu que elas não trarão impactos às suas demonstrações financeiras.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Novas normas e interpretações não adotadas--Continuação

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo:

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Tem o objetivo, em última instância, de substituir a CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das CPC 38 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da CPC 38 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.
- CPC 47 - Receita de contratos com clientes: A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.
- C PC 06 - Leasing: Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

|            | 2017          | 2016          |
|------------|---------------|---------------|
| Caixa      | 76            | 45            |
| Aplicações | 25.597        | 20.357        |
|            | <u>25.673</u> | <u>20.402</u> |

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

As aplicações financeiras correspondem a investimentos temporários indexados à variação do CDI. As taxas pactuadas remuneram esses investimentos em aproximadamente 100% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento sem qualquer ônus para a Companhia.

### 4. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

|   | <u>2017</u>   | <u>2016</u>   |
|---|---------------|---------------|
| Contas a receber                              | 43.508        | 49.586        |
| Descontos concedidos                          | (2.703)       | (4.472)       |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.171)       | (1.095)       |
|   | <u>39.633</u> | <u>44.019</u> |

As contas a receber são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

|                     | <u>2017</u>   | <u>2016</u>   |
|---------------------|---------------|---------------|
| A vencer            | 41.176        | 42.751        |
| Vencidos:           |               |               |
| Entre 1 a 30 dias   | 911           | 5.067         |
| Entre 31 a 90 dias  | -             | 420           |
| Entre 91 a 365 dias | 338           | 489           |
| Há mais de 365 dias | 1.083         | 859           |
|                     | <u>43.508</u> | <u>49.586</u> |

A Administração constitui, quando necessário, provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para fazer jus as prováveis perdas na realização do saldo de contas a receber.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

|                                  |                |
|----------------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | (1.800)        |
| Movimento da provisão, líquido   | 705            |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | (1.095)        |
| Movimento da provisão, líquido   | (76)           |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | <u>(1.171)</u> |

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 5. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. As provisões para perdas nos estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

|                                | <u>2017</u>   | <u>2016</u>   |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Mercadoria para revenda        | 1.096         | 914           |
| Matéria prima                  | 8.855         | 13.076        |
| Estoques em Poder de Terceiros | 2.054         | 176           |
| Produto acabado                | 5.052         | 8.728         |
| Estoque embalagens             | 1.153         | 1.322         |
| Estoque em trânsito            | 233           | 245           |
| Adiantamentos a fornecedores   | 783           | 4.499         |
| Outros                         | 437           | 373           |
|                                | <u>19.663</u> | <u>29.333</u> |

### 6. Imobilizado

É apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do imobilizado e intangível são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 6. Imobilizado--Continuação

|                                   | Terrenos | Edifícios e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Equipamento de informática | Móveis e utensílios | Veículos | Total   |
|-----------------------------------|----------|--------------------------|-------------------------|----------------------------|---------------------|----------|---------|
| Em 31 de dezembro de 2015         | 406      | 1.465                    | 12.434                  | 481                        | 151                 | 756      | 15.693  |
| Adições                           | -        | 792                      | 2.716                   | 123                        | 48                  | 40       | 3.719   |
| Baixas, líquida                   | -        | -                        | (1.513)                 | (26)                       | (3)                 | 1        | (1.541) |
| Depreciações                      | -        | (105)                    | (1.524)                 | (157)                      | (22)                | (335)    | (2.143) |
| Em 31 de dezembro de 2016         | 406      | 2.152                    | 12.113                  | 421                        | 174                 | 462      | 15.728  |
| Adições                           | -        | 386                      | 1.788                   | 44                         | 45                  | 21       | 2.284   |
| Baixas, líquida                   | -        | -                        | (253)                   | (6)                        | (3)                 | (295)    | (557)   |
| Depreciações                      | -        | (115)                    | (1.775)                 | (156)                      | (31)                | (170)    | (2.247) |
| Em 31 de dezembro de 2017         | 406      | 2.423                    | 11.873                  | 303                        | 185                 | 18       | 15.208  |
| Taxa média de depreciação anual % | -        | 4%                       | 10%                     | 20%                        | 10%                 | 20%      |         |

### 7. Empréstimos e financiamentos

| Modalidade     | Instituição              | Taxa de juros a.a. | Captação   | Vencimentos | 2017     | 2016     |
|----------------|--------------------------|--------------------|------------|-------------|----------|----------|
| Crédito Rural  | Brasil, Santander e Itau | 10,25%             | 19/07/2017 | 02/04/2018  | 11.142   | 27.694   |
| FINAME         | Citbank, Brasil e Itau   | 1,7% a 6%          | 21/12/2009 | 15/11/2023  | 1.271    | 2.681    |
|                |                          |                    |            |             | 12.413   | 30.375   |
| Circulante     |                          |                    |            |             | (12.413) | (28.686) |
| Não circulante |                          |                    |            |             | -        | 1.689    |

#### Cláusulas restritivas (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*).

#### Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por estoque de produtos e fianças com aval pessoal dos sócios gestores, a qual foi exigida pelos Agentes Financeiros intermediadores da operação.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 8. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou provisão para contingências tributárias no montante de R\$397 (R\$380 em 2016).

#### Depósitos judiciais

|              | 2017          | 2016          |
|--------------|---------------|---------------|
| Trabalhistas | -             | 889           |
| Cíveis       | 121           | 300           |
| Tributárias  | -             | 85            |
| Funrural     | 12.164        | 9.739         |
|              | <b>12.285</b> | <b>11.013</b> |

O FUNRURAL é uma contribuição social que substitui a cota patronal do encargo previdenciário, acrescido do percentual dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT, sendo para o segurado especial o custeio de sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social. A alíquota do FUNRURAL, conforme nova redação dada pela Lei nº 13.606/2018, publicada em 10/01/2018, é de 1,3%, sendo 1,2% para o INSS e 0,1% para o RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criada pela Lei 8.315/91, que apesar de de possuir natureza jurídica distinta do FUNRURAL, também é calculada sobre o valor da comercialização da produção e recolhida na mesma GPS - Guia da Previdência Social. A cobrança da contribuição ao FUNRURAL se dá pelo regime de substituição tributária, sendo retido o percentual a pagar ao produtor rural e repassada ao Fisco pelos adquirentes da produção.

Anteriormente a publicação da nova lei em 10/01/2018, a alíquota da contribuição era de 2,1%, sendo 2,0% para o INSS e 0,1% para o RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

A exigibilidade da contribuição ao FUNRURAL foi questionada em juízo, dentre outros motivos, porque que o produtor rural pessoa física com empregados era onerado desproporcionalmente com o referido regime de contribuição, diferentemente do produtor sem empregados que possui regime previsto no artigo 195, §8º, da Constituição Federal, assim como os produtores pessoa jurídica com regime previdenciário distinto, em contrariedade aos princípios erigidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente o da isonomia, que buscam preservar a identidade de benefícios, serviços prestados e unicidade de incidências, que somente podem ser excepcionadas pela própria Carta Maior.

## **Broto Legal Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### **8. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação**

Por meio do Recurso Extraordinário nº 363.852, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional a exigência da contribuição ao FUNRURAL para pessoas físicas, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 8.540/92, que alterou a Lei nº 8.212/91, por entender que a contribuição previdenciária do FUNRURAL foi instituída por uma lei ordinária e não por uma lei complementar, como deveria ter ocorrido, e que o contribuinte estava compelido a recolher duas contribuições com a mesma destinação.

No entanto, em razão da edição da Emenda Constitucional 20/1998 – que deu nova redação ao art. 195, I, da CF –, a questão novamente voltou ao STF e em março de 2017, a Corte decidiu pela constitucionalidade formal e material da contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei 10.256/01, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção (RE 718.874).

Contudo, apesar da decisão desfavorável proferida no RE 718.874, o processo da Companhia está suspenso em razão da repercussão geral conhecida no RE 761.263, ainda pendente de julgamento, que trata do regime aplicável particularmente aos segurados especiais. O referido recurso irá analisar os efeitos a eles aplicáveis do reconhecimento da inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei 8.212/91, e eventuais efeitos repristinatórios; se há, ou não, inconstitucionalidade integral da redação originária do art. 25 da Lei 8.212/91 (para segurados especiais e empregadores rurais), por desvirtuamento da base de cálculo fixada no art. 195, § 8º, da Constituição Federal; e caso se reconheça a ausência de identidade entre receita bruta proveniente da comercialização de sua produção e resultado da comercialização da produção, a verificação de constitucionalidade da criação de nova fonte de custeio da Previdência Social por meio de lei ordinária anterior à EC 20/98, cobrada dos segurados especiais, por violação aos artigos 154, I, e 195, I, § 4º da Constituição.

Sendo assim, a Companhia efetua os depósitos judiciais para os fornecedores que não possuem liminar, para os que possuem liminar a Companhia não efetua os depósitos respaldada pela explicação supracitada.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 9. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado está representado por 50.000.000 ações com valor nominal de R\$1,00 cada, assim distribuídas:

|   | <u>Quantidade</u> | <u>R\$</u> |
|---|-------------------|------------|
| Fundo de investimento em participações Impera | 50.000.000        | 50.000     |

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### c) Dividendos

O estatuto social prevê que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para Imposto de renda e Contribuição social.

Do resultado remanescente será deduzida a participação dos administradores, desde que seu total não ultrapasse nem a remuneração anual dos administradores nem a décima parte do lucro líquido apurado, prevalecendo o limite que for menor.

O lucro líquido verificado, após efetuados as deduções previstas no parágrafo anterior, terá a seguinte destinação: a) 5% para Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, para o pagamento dos dividendos dos acionistas; c) o saldo terá o destino que, por proposta do Conselho da Administração, for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com as disposições estatutárias é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido de cada exercício ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 9. Patrimônio líquido--Continuação

A remuneração aos acionistas foi apurada da seguinte forma:

|   | 2017          | 2016          |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício                                  | (25.664)      | (35.635)      |
| Reserva legal (5% do lucro do exercício)                    | 1.283         | 1.782         |
| Base de cálculo dos dividendos                              | <u>24.381</u> | 33.853        |
| Distribuição aos acionistas:                                |               |               |
| Dividendos, pagos parcialmente durante o exercício          | 12.175        | 17.000        |
| Juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda | 5.659         | 3.550         |
| Dividendos do lucro do ano                                  | <u>17.834</u> | <u>20.550</u> |
| Percentual em relação à base de cálculo                     | 73%           | 61%           |

A conciliação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada abaixo:

|   |                 |
|---|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2015               | 6.379           |
| Distribuição de dividendos                    | 17.000          |
| Distribuição de juros sobre o capital próprio | 3.550           |
| Pagamentos                                    | <u>(26.929)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016               | -               |
| Distribuição de dividendos                    | 12.175          |
| Juros sobre o capital próprio                 | 5.659           |
| Pagamentos                                    | <u>(12.175)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017               | <u>5.659</u>    |

### 10. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### a) Correntes--Continuação

A reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social correntes pela alíquota nominal e pela alíquota efetiva em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é demonstrada a seguir:

|   | <u>2017</u>     | <u>2016</u> |
|---|-----------------|-------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social    | <b>34.217</b>   | 52.658      |
| Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%) | <b>(11.634)</b> | (17.904)    |
| Outras adições/exclusões, líquida                           | <b>3.081</b>    | 881         |
| Despesas com imposto de renda e contribuição social         | <b>8.553</b>    | 17.023      |
| Impostos de renda e contribuição social - correntes         | <b>(8.636)</b>  | (16.490)    |
| Impostos de renda e contribuição social - correntes         | <b>83</b>       | (533)       |
| Taxa efetiva  | <b>25%</b>      | 32%         |

#### b) Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### b) Diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos, para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, conforme segue:

|  | 2017       | 2016       |
|--|------------|------------|
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 398        | 372        |
| Provisões para contingências                 | 135        | 129        |
| Provisões diversas                           | 159        | 108        |
|  | <u>692</u> | <u>609</u> |

Baseada em seu histórico de realização de diferenças permanentes, a Companhia estima gerar lucro tributável superior ao saldo de impostos diferidos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 11. Receita líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

|                                  | 2017           | 2016           |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Vendas                           | 387.654        | 485.642        |
| Revendas                         | 17.810         | 13.384         |
| Descontos e devoluções           | (31.593)       | (37.835)       |
| Impostos incidentes sobre vendas | (27.647)       | (30.098)       |
|                                  | <u>346.224</u> | <u>431.093</u> |

### 12. Gastos por natureza

|   | 2017             | 2016             |
|---|------------------|------------------|
| Custo incorridos com materiais e produtos     | (241.433)        | (310.163)        |
| Salários e benefícios                         | (19.140)         | (18.208)         |
| Frete e carretos                              | (15.779)         | (15.622)         |
| Comunicação                                   | (472)            | (666)            |
| Comissões de vendas                           | (6.527)          | (4.961)          |
| Viagens e veículos                            | (246)            | (1.248)          |
| Energia elétrica                              | (2.909)          | (2.746)          |
| Serviços profissionais                        | (3.777)          | (2.943)          |
| Depreciação e amortização                     | (2.287)          | (2.183)          |
| Manutenção de máquinas                        | (2.443)          | (2.755)          |
| Comissões sobre compras                       | (1.330)          | (1.733)          |
| Aluguéis                                      | (1.029)          | (1.066)          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (216)            | (260)            |
| Material de uso e consumo                     | (188)            | (229)            |
| INSS, IPTU e IPVA                             | (106)            | (86)             |
| Crédito presumido de PIS e COFINS             | 307              | 2.143            |
| Publicidade e propaganda                      | (8.050)          | (7.016)          |
| Outros  | (5.098)          | (8.381)          |
|   | <u>(310.718)</u> | <u>(378.155)</u> |
| Classificados como:                           |                  |                  |
| Custos dos produtos vendidos                  | (252.919)        | (325.697)        |
| Despesas com vendas                           | (43.990)         | (41.348)         |
| Despesas administrativas e gerais             | (13.809)         | (11.110)         |
|   | <u>(310.718)</u> | <u>(378.155)</u> |

## Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### 13. Resultado financeiro

|                                       | 2017           | 2016           |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| <b>Despesas financeiras</b>           |                |                |
| Juros                                 | (2.559)        | (2.614)        |
| Multas                                | (291)          | (449)          |
| Variação cambial                      | (214)          | (153)          |
| Despesas bancárias                    | (242)          | (187)          |
| IOF                                   | (222)          | (371)          |
| Impostos                              | (101)          | -              |
| Descontos concedidos                  | (513)          | (3.941)        |
|                                       | <u>(4.142)</u> | <u>(7.715)</u> |
| <b>Receitas financeiras</b>           |                |                |
| Descontos obtidos                     | 119            | 3.575          |
| Juros recebidos                       | 88             | 48             |
| Variação cambial ativa                | 424            | 1.191          |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 1.973          | 750            |
|                                       | <u>2.604</u>   | <u>5.564</u>   |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>   | <u>(1.538)</u> | <u>(2.151)</u> |

### 14. Instrumentos financeiros

#### a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não tem como prática realizar operações com derivativos financeiros.

#### b) Gerenciamento de risco

##### *Risco de liquidez*

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

## **Broto Legal Alimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

### **14. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### b) Gerenciamento de risco--Continuação

##### *Risco de liquidez--Continuação*

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

##### *Risco de taxa de câmbio*

O resultado da Companhia está suscetível a variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre o saldo da conta "Partes Relacionadas" atrelado a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

A administração da Companhia acredita que a paridade entre o real e o dólar norte-americano não sofrerá volatilidade adicional significativa; conseqüentemente, não contratou nenhum instrumento financeiro para proteger a exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

### **15. Seguros**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

### **16. Eventos subsequentes**

Em 28 de fevereiro de 2018, os acionistas concluíram a venda da Broto Legal Alimentos S.A., para a empresa Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação, pelo valor de R\$214.000.